



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KAROLINE SANTOS BRANDÃO

**DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE CONTROLE DE BENS MÓVEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: PROPOSTAS DE MELHORIA**

Recife

2025

KAROLINE SANTOS BRANDÃO

**DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE CONTROLE DE BENS MÓVEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: PROPOSTAS DE MELHORIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Profa. Dra. Ilka Gislayne de Melo Souza

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Brandão, Karoline Santos.

Diagnóstico do sistema de controle de bens móveis da Universidade Federal de Pernambuco: propostas de melhoria / Karoline Santos Brandão. - Recife, 2025.
50 p. : il., tab.

Orientador(a): Ilka Gislayne de Melo Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Controle Patrimonial. 2. Bens Móveis. 3. Universidade Pública. I. Souza, Ilka Gislayne de Melo . (Orientação). II. Título.

650 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

KAROLINE SANTOS BRANDÃO

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE CONTROLE DE BENS MÓVEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: Propostas de Melhoria

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 13 de Agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilka Gislayne de Melo Souza
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Lavoisiene Rodrigues de Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Célio Bezerra de Sá
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria da Conceição dos Santos Brandão e Cairo Marcelo Brandão.

Vocês foram os alicerces da minha vida, os que sonharam os meus sonhos antes mesmo de mim. Desde o meu primeiro suspiro, renunciaram desejos e enfrentaram batalhas diárias para que eu pudesse caminhar com dignidade e esperança.

Sem vocês, eu não teria chegado até aqui. Esta conquista é tão minha quanto é de vocês.

Essa realização é nossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria ao longo dessa caminhada.

Aos meus pais, meu eterno agradecimento. Vocês foram meu porto seguro, minha inspiração e o combustível nos momentos mais difíceis e quando pensei em desistir. A minha orientadora, Profa. Dra. Ilka Gislayne de Melo Souza, minha sincera gratidão pela paciência, tempo, conselhos e pela orientação dedicada em cada etapa deste trabalho. Seu conhecimento e incentivo foram fundamentais para a concretização dessa pesquisa.

Aos meus amigos, que estiveram comigo não apenas nas horas boas, mas principalmente nas mais difíceis. Obrigada pelas risadas que aliviam o cansaço, pelos conselhos e, acima de tudo, pela presença constante mesmo com nossas rotinas difíceis. Vocês foram uma parte essencial dessa jornada.

A Lara Nóbrega, minha melhor amiga, minha irmã de alma e de vida. Que este seja mais um capítulo que te dedico com todo meu amor à sua memória e à sua presença eterna.

Aos professores da Universidade Federal de Pernambuco, que contribuíram com sua dedicação e ensinamentos ao longo do curso, deixo minha gratidão por cada aula e por cada desafio.

RESUMO

Gestão patrimonial consiste em práticas e processos para organizar, preservar e monitorar os bens de uma entidade, sejam públicos, privados ou pessoais, por meio de inventários, sistemas de informação e registros atualizados. Esta monografia tem como objetivo analisar as ações de controle patrimonial dos bens móveis permanentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), visando identificar boas práticas, desafios e propor melhorias. Para isso, foi realizado um estudo de caso qualitativo, combinando análise documental, entrevistas estruturadas com servidores e gestores da Divisão de Patrimônio e observação direta. Os dados foram analisados pelo método de análise de conteúdo de Laurence Bardin, abrangendo diversas unidades acadêmicas e administrativas. Os resultados indicaram que, apesar de a UFPE possuir sistemas e normas para o controle patrimonial, ainda existem desafios significativos que comprometem a eficácia do processo. As conclusões apontam para a necessidade de incentivo e implementação de melhorias, a fim de fortalecer a gestão e dar visibilidade à sua importância.

Palavras-chave: Controle Patrimonial. Bens Móveis. Universidade Pública.

ABSTRACT

Asset management consists of practices and processes aimed at organizing, preserving, and monitoring an entity's assets, whether public, private, or personal, through inventories, information systems, and updated records. This monograph aims to analyze the asset control actions related to the permanent movable assets of the Federal University of Pernambuco (UFPE), seeking to identify good practices, challenges, and propose improvements. To this end, a qualitative case study was conducted, combining document analysis, structured interviews with staff and managers of the Asset Division, and direct observation. The data were analyzed using Laurence Bardin's content analysis method, covering various academic and administrative units. The results indicated that, although UFPE has systems and regulations for asset control, significant challenges still exist that compromise the effectiveness of the process. The conclusions highlight the need for encouraging and implementing improvements in order to strengthen management and enhance the visibility of its importance.

Keywords: Asset management. Movable Assets. Public University.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estruturação da Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central.....	26
Quadro 2 – Organização Temática do Instrumento de Entrevista.....	28
Quadro 3 – Organização Temática do Instrumento de Entrevista II.....	29
Quadro 4 – Propostas de Melhorias para os Problemas Identificados.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entregas de Inventário no ano de 2023.....	35
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2 – Qual atividade você considera primordial para as ações de controle?.....	34
Gráfico 4 – Quanto ao uso dos bens patrimoniais por gestores, servidores, alunos e comunidade, qual o nível de tratamento empregado por estes?.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GR – Gabinete do Reitor

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IES – Instituições de Ensino Superior

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC – Ministério da Educação

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NSPD – Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social

PROAD – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

PROAES – Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis

PROEXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida

PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPESQI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PROPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SINFRA – Superintendência de Infraestrutura

SPO – Superintendência de Projetos e Obras

SSI – Superintendência de Segurança Institucional

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

SUPERCOM – Superintendência de Comunicação

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UR – Universidade do Recife

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei



LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2. JUSTIFICATIVA	17
1.3. OBJETIVOS	19
1.3.1. Objetivo Geral	19
1.3.2. Objetivos Específicos	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 GOVERNANÇA E MECANISMOS DE CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20
2.2 CONTROLE PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO	21
2.3. ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PATRIMONIAL	22
2.4 ASPECTOS CULTURAIS E ORGANIZACIONAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	25
3.2 ESPAÇO E AMOSTRA	26
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	27
3.4 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	28
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	31
4.1 MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS NA UFPE	31
4.2 CONTROLE DOS BENS	33
4.3 GESTÃO DA INTEGRIDADE DOS BENS	37
4.4 MELHORIAS PROPOSTAS	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERÊNCIAS	44
7. APÊNDICE A	49

1. INTRODUÇÃO

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que visa padronizar e orientar os procedimentos contábeis no setor público, incluindo o controle patrimonial, é destacado que o objeto da contabilidade pública é o patrimônio das entidades, e sua função é fornecer e distribuir informações úteis e transparentes para a tomada de decisões, prestação de contas e controle social.

O MCASP também destaca que a contabilidade aplicada ao setor público tem como objetivo fornecer informações sobre os resultados alcançados e sobre aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades públicas. Essas informações apoiam os processos de tomada de decisão, promovem a prestação de contas adequada e dão suporte à implementação do controle social (MCASP, 2024).

Além disso, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis da União, estabelecendo diretrizes que, embora voltadas para o patrimônio imobiliário, refletem a importância da gestão eficiente e transparente de todos os ativos públicos, servindo como marco legal que reforça a necessidade de procedimentos adequados de controle e conservação (BRASIL, 1998).

Historicamente, as entidades e órgãos da administração pública não mantinham um controle patrimonial eficaz, limitando a contabilidade a ser apenas um instrumento do orçamento público.

Entretanto, a contabilidade pública passou por transformações significativas com a implementação das normas brasileiras pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a convergência das normas contábeis aos padrões internacionais, o que fez com que o orçamento passasse a ter um papel secundário, enquanto o patrimônio assumiu a centralidade na contabilidade, alinhando-se ao objeto de estudo da Ciência Contábil permitindo que a contabilidade pública priorizasse o patrimônio, mantendo ainda os aspectos orçamentários necessários para o planejamento (Conselho Federal de Contabilidade, 2024).

Alinhado a isso, quando se trata do setor público, é notório perceber que ele

tem passado por um processo de modernização, adotando práticas e comportamentos muito semelhantes aos das grandes organizações privadas, já que mesmo não havendo concorrência como no setor privado, tornou-se perceptível a necessidade de mudanças devido ao aumento da informação e do conhecimento da sociedade, que passou a exigir serviços de maior qualidade (Fritz, 2021).

Dessa forma, esse processo tem contribuído diretamente para elevar as expectativas quanto ao desempenho e à eficiência na prestação de serviços, utilizando ferramentas de controle cada vez mais eficientes e eficazes para garantir melhor prestação de serviço à sociedade como um todo e maior valorização do recurso público. Garantindo que desta maneira, estejam alinhados conforme os princípios básicos de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Trazendo à realidade das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras é possível observar da mesma maneira uma preocupação cada vez maior em alcançar excelência e qualidade quando se trata de prestação dos serviços, impulsionada pela crescente demanda social por transparência, accountability e aprimoramento na gestão dos recursos públicos (Falce et al., 2014; Machado; Quiraque, 2023).

Visto que para realizar suas atividades e manter seu funcionamento adequado as IES necessitam de uma gama de bens patrimoniais diversos, como mobiliários, veículos, computadores e livros. Esses bens são distribuídos entre todos os centros da universidade, com o objetivo de viabilizar tanto as atividades administrativas quanto às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, ficando sob responsabilidade dos servidores designados para seu zelo e conservação.

Ademais, com a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI), através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 e do Programa Interiorização do Ensino Superior, ambos promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo voltado à ampliação do acesso ao ensino superior público, as universidades federais passaram a receber um expressivo volume de recursos financeiros destinados à sua expansão. Esse investimento possibilitou a construção de novos prédios, a implantação de Campi em diferentes cidades e, ainda, a criação de novas

universidades em regiões historicamente carentes de oferta de educação superior (Gonzaga, 2019).

Nessa perspectiva, devido a expansão das universidades, como a citada acima, e a consequente contratação de docentes e técnicos administrativos, foi demandada a aquisição de uma quantidade significativa de bens móveis em universidades de todo o país (Gonzaga, 2019). Com a distribuição desses mobiliários e equipamentos, inclusive para campi em outras cidades, a gestão patrimonial tornou-se mais complexa e estruturada. De modo que surgiram problemas em diversos âmbitos, como cadastros desatualizados, subutilização de recursos, falta de identificação dos bens, movimentações irregulares e, principalmente, dificuldade na localização dos itens disponíveis para utilização.

De igual modo, como uma universidade pública, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) faz parte desse meio. Expandindo seu alcance (atualmente com quatro Campi situados em Recife, Vitória de Santo Antão, Caruaru e Sertão), a instituição vem fortalecendo sua relação com a sociedade, criando cursos voltados para atender às demandas sociais e econômicas, aumentando o número de vagas em cursos tradicionais – entre 2005 e 2013 foram ofertadas 2.482 novas vagas de graduação – e disponibilizando oportunidades alinhadas ao novo cenário econômico do Estado (Universidade Federal de Pernambuco, 2025).

Na UFPE, o controle patrimonial é realizado pela Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central, que é vinculada à Diretoria de Gestão de Bens e Serviços da Pró-reitoria de Gestão Administrativa. Essa coordenação é responsável por diversas atividades, como a gestão de bens móveis, o controle de movimentação de bens, a emissão de Termos de Responsabilidade e a proposição de normas de gestão patrimonial.

Diante da relevância dessas atribuições e da crescente complexidade da estrutura de controle patrimonial alinhado às IES, torna-se fundamental compreender de forma transparente como esse controle tem sido efetivado, especialmente frente aos desafios de organização, fiscalização e transparência dos bens públicos enfrentados atualmente.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Em virtude da complexidade que envolve a administração de uma instituição do porte das universidades federais brasileiras e, em especial, da Universidade Federal de Pernambuco, cuja gestão abrange dimensões financeiras, estruturais, acadêmicas e até políticas, torna-se indispensável que essas instituições estejam sempre atentas e comprometidas com o desenvolvimento e o aprimoramento constante de seus processos de gestão.

Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre a qualidade dos serviços relacionados ao controle dos bens móveis, considerando a magnitude e os desafios que uma instituição desse porte enfrenta diariamente.

Diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a responder à seguinte questão: **Como aprimorar os processos e ferramentas do sistema de controle de bens móveis da Universidade Federal de Pernambuco, de forma a torná-lo mais eficiente para a realidade institucional, garantindo uma gestão patrimonial precisa e alinhada aos princípios da administração pública?**

1.2. JUSTIFICATIVA

O setor público brasileiro por muito tempo foi caracterizado por práticas contábeis que priorizavam o orçamento, relegando a segundo plano o controle patrimonial. Contudo, com a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a convergência às normas internacionais, houve um reposicionamento significativo do enfoque contábil, que passou a priorizar o patrimônio como objeto central da contabilidade, trazendo à tona a importância da gestão eficaz dos bens públicos.

Neste cenário, a este tema se justifica por reconhecer que as universidades públicas, ao se expandirem física e estruturalmente, como ocorreu com a UFPE — hoje composta por quatro *Campi*, localizados em Recife, em Vitória de Santo Antão, Caruaru e Sertão, a partir da implementação do REUNI, foram naturalmente levadas a administrar um volume crescente e diversificado de bens patrimoniais.

Tal expansão trouxe consigo desafios significativos para a gestão dos bens móveis, como a descentralização de unidades, o aumento no número de servidores responsáveis pelo zelo dos bens, e a dispersão geográfica dos ativos — fatores que dificultam a padronização, a fiscalização e o monitoramento

contínuo dos recursos materiais disponíveis.

Nesse sentido, investigar formas de aprimorar os processos e ferramentas do sistema de controle de bens móveis da UFPE atende não apenas a uma necessidade interna de melhoria administrativa, mas também responde a uma demanda social por instituições mais responsáveis, transparentes, modernas e comprometidas com gestão pública de qualidade. Ao identificar gargalos, propor soluções e contribuir com boas práticas de controle patrimonial, a pesquisa pretende fomentar uma cultura de governança pública responsável, fortalecendo os mecanismos de controle interno e ampliando a confiabilidade das informações patrimoniais prestadas aos órgãos de controle externo e à sociedade.

Do ponto de vista prático, a importância desta investigação está também na sua capacidade de gerar resultados aplicáveis e replicáveis. Os problemas enfrentados pela UFPE, em relação à gestão de bens móveis, são comuns a muitas outras universidades públicas brasileiras (FERNANDES; MONTEIRO, 2019), como na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — usadas como referência para esse trabalho — especialmente por também terem passado por processos semelhantes de expansão ao estudado. Dessa forma, os achados e propostas da presente pesquisa podem servir como referência para outras instituições, fortalecendo a gestão patrimonial em todo o sistema federal de ensino superior.

Ao dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Coordenação de Bens Móveis da UFPE e às estratégias por ela adotadas, esta pesquisa contribui para o reconhecimento institucional da área patrimonial, muitas vezes negligenciada frente a outros setores administrativos. A valorização desse setor é fundamental para que se compreenda a sua importância estratégica na manutenção do patrimônio público e no suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, pilares das universidades públicas.

Portanto, esta pesquisa é justificada pela convergência de fatores legais, institucionais, históricos e sociais, que evidenciam a necessidade de melhorias no controle de bens móveis na UFPE. Ao buscar soluções inovadoras, sustentáveis e eficazes para a gestão patrimonial, o estudo visa não apenas atender aos preceitos normativos e constitucionais, mas, sobretudo, contribuir para a construção de uma universidade mais eficiente, transparente e comprometida com o uso responsável dos recursos públicos.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar as ações de controle patrimonial dos bens móveis permanentes da Universidade Federal de Pernambuco, identificando boas práticas, desafios e propondo melhorias nos processos e ferramentas do sistema, a fim de garantir uma gestão patrimonial mais eficiente, precisa e alinhada aos princípios da administração pública.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Compreender os impactos da expansão institucional na organização e controle dos bens móveis da UFPE, considerando os desafios logísticos, operacionais e administrativos decorrentes da descentralização dos campi e do crescimento do acervo patrimonial.
- Diagnosticar o cenário atual da gestão patrimonial da UFPE, identificando as principais fragilidades, gargalos operacionais e desafios enfrentados na administração dos bens móveis, especialmente diante da expansão física e geográfica da instituição.
- Propor recomendações e melhorias aplicáveis ao sistema de controle de bens móveis da UFPE, com base em evidências coletadas, visando à modernização da gestão patrimonial, ao fortalecimento do controle interno e ao atendimento às exigências de governança pública e prestação de contas à sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GOVERNANÇA E MECANISMOS DE CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A governança pública é um conceito que tem ganhado destaque nas últimas décadas, sendo entendida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que, quando aplicados, contribuem para o aprimoramento das práticas de gestão e para o alcance de resultados que atendam às demandas sociais. Segundo o Governo Federal do Brasil (2025), a governança envolve a capacidade de direcionar, avaliar e monitorar as ações governamentais, assegurando a condução eficiente das políticas públicas e a prestação de serviços de interesse coletivo.

Sob essa perspectiva, Matias-Pereira (2010) afirma que a governança pública está associada à adoção de práticas modernas de gestão, à transparência e à responsabilização dos gestores, sendo essencial para garantir eficiência, efetividade e legitimidade nas ações governamentais. Na mesma linha, Mayntz (1998) define governança como “a coordenação de ações interdependentes entre atores públicos e privados para alcançar objetivos coletivos”, evidenciando que esse conceito vai além do exercício do poder estatal, incorporando redes de cooperação entre múltiplos atores sociais.

No contexto brasileiro, o Tribunal de Contas da União (2014) reforça que a governança no setor público está diretamente ligada à capacidade das instituições de direcionar e monitorar suas ações, com base em princípios de transparência, accountability e geração de valor público. Além disso, desde 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) atua no desenvolvimento e disseminação de boas práticas, publicando o “*Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*”, que orienta a gestão a partir de quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (BRASIL, 2020).

Por fim, cabe destacar que, no âmbito da administração pública, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, determina que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Tal disposição reforça que todas as ações governamentais devem estar alinhadas aos interesses da sociedade, cabendo

aos gestores públicos o dever de atuar de forma responsável, ética e transparente, garantindo que a gestão esteja sempre voltada ao bem comum.

Nesse contexto, insere-se também a perspectiva da *New Governance*, que amplia o conceito tradicional de governança ao enfatizar a integração entre Estado, sociedade civil e mercado, promovendo a cooperação, a inovação e a corresponsabilidade na busca por soluções mais eficazes e participativas para os desafios da administração pública. Segundo Rhodes (1996, p. 652), a *New Governance* representa “o processo de governar caracterizado pela interação entre múltiplos atores, em redes interdependentes, mais do que pela autoridade hierárquica do Estado”.

2.2. CONTROLE PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO

O controle patrimonial é um instrumento fundamental para a administração pública, pois visa assegurar o uso adequado, a conservação e a rastreabilidade dos bens públicos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2024), o controle patrimonial tem como objetivo garantir que todos os bens sejam registrados e mantidos de forma a possibilitar a correta prestação de contas, a mensuração contábil e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Para Moraes (2021), o controle patrimonial integra os mecanismos de governança, configurando-se como um tipo de controle interno responsável pelo gerenciamento de informações atualizadas sobre os bens duráveis, abrangendo desde a sua aquisição até a baixa patrimonial. Essa visão é complementada por Oliveira (2021), que destaca que o controle patrimonial deve assegurar o uso adequado e a conservação dos ativos, prolongando sua vida útil e garantindo a prestação de contas à sociedade.

Nesse mesmo sentido, Santos (2002) explica que a administração patrimonial é composta por uma sequência de atividades que se inicia com a aquisição e termina quando o bem é retirado do patrimônio da instituição, envolvendo diversos procedimentos físicos e contábeis que registram a vida útil do ativo. A ausência de controles efetivos, segundo Falce et al. (2014), compromete a confiabilidade das informações contábeis e enfraquece a transparência na gestão pública, criando brechas para desperdícios e falhas na utilização dos recursos.

Além disso, a modernização dos processos de controle tem se mostrado crucial. Machado e Quiraque (2023) destacam que o uso de tecnologias e sistemas integrados, como o SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos), é determinante para a eficiência patrimonial, pois possibilita maior rastreabilidade e confiabilidade dos dados. Entretanto, a simples adoção de sistemas não é suficiente: é necessário que haja cultura organizacional voltada à preservação do patrimônio e capacitação contínua dos servidores envolvidos no processo.

Em complemento, observa-se que normas internacionais e nacionais reforçam a importância desse controle. A NBC-TSP 07 – Ativo Imobilizado (CFC, 2019), convergente à IPSAS 17, estabelece critérios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de natureza permanente, assegurando que estejam devidamente registrados, avaliados e depreciados ao longo de sua vida útil. Essas diretrizes ampliam a transparência e a comparabilidade das informações contábeis, fortalecendo a governança pública e a correta prestação de contas à sociedade.

Em suma, para que o gerenciamento dos bens móveis seja eficiente, é imprescindível que os ativos sejam devidamente classificados, codificados e registrados, garantindo a padronização, a localização e o acompanhamento de todo o seu ciclo de vida, desde a entrada até o descarte, conforme enfatizado por Pozo (2007). Esses elementos, quando bem implementados, fortalecem a governança pública e asseguram a integridade e o uso racional do patrimônio público.

2.3. ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial no setor público não se limita apenas ao controle físico e contábil dos bens, mas também deve estar alinhada aos princípios constitucionais de legalidade, moralidade, eficiência e, sobretudo, transparência. Esses princípios são fundamentais para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável e que as informações sobre o patrimônio estejam acessíveis à sociedade.

Nesse contexto, surge o conceito de *accountability*, que, segundo Matias-Pereira (2010), refere-se à obrigação de gestores públicos prestarem contas de

suas ações, justificando decisões e assumindo responsabilidades por eventuais falhas.

No âmbito patrimonial, a *accountability* se manifesta por meio de inventários atualizados, registros contábeis fidedignos e relatórios acessíveis que possibilitam o acompanhamento da gestão dos bens pela sociedade e pelos órgãos de controle. O Tribunal de Contas da União – TCU (2014) reforça que a transparência é um dos pilares centrais da governança, pois viabiliza o monitoramento contínuo das ações públicas e promove maior confiança entre Estado e cidadãos.

Conforme destacam Falce et al. (2014), a ausência de informações patrimoniais confiáveis e de mecanismos claros de prestação de contas fragiliza não apenas a eficiência administrativa, mas também a legitimidade das instituições. Da mesma forma, o Banco Mundial (2017) enfatiza que práticas de transparência e *accountability* são fundamentais para prevenir desvios, fortalecer a gestão e assegurar a integridade no uso dos recursos públicos.

Portanto, a adoção de mecanismos de controle patrimonial robustos, aliados a processos transparentes de prestação de contas, contribui diretamente para o fortalecimento da governança pública e para a correta aplicação do patrimônio estatal.

2.4. ASPECTOS CULTURAIS E ORGANIZACIONAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Outro elemento essencial para o sucesso do controle patrimonial é a cultura organizacional existente nas instituições públicas. A forma como servidores e gestores percebem e valorizam os bens institucionais influencia diretamente sua conservação e utilização. Fritz (2021) destaca que, muitas vezes, a ausência de uma cultura voltada à preservação do patrimônio resulta em práticas desorganizadas, desperdícios e resistência à adoção de inovações, comprometendo a eficácia da gestão patrimonial.

No contexto das universidades públicas, essa realidade é especialmente visível, considerando que os bens móveis são distribuídos em diversas unidades e utilizados por muitos usuários. Relatos de gestores da UFPE evidenciam casos de resistência de servidores à realização de inventários, bem como a visão

equivocada de que bens adquiridos com recursos de projetos pertencem ao pesquisador, e não à instituição. Essa mentalidade enfraquece o senso coletivo de responsabilidade pelo patrimônio público.

Segundo Santos (2002), a gestão patrimonial eficaz depende não apenas de controles formais, mas também do comprometimento cultural dos envolvidos, pois a preservação do patrimônio exige conscientização e corresponsabilidade. Além disso, Denhardt e Denhardt (2015) argumentam que a administração pública contemporânea precisa desenvolver uma cultura voltada para o interesse público, na qual cada servidor compreenda o valor estratégico dos recursos sob sua responsabilidade.

Para transformar essa realidade, a promoção de treinamentos, campanhas educativas e políticas institucionais de valorização da gestão patrimonial são estratégias fundamentais para modificar comportamentos e consolidar práticas organizacionais alinhadas à preservação dos ativos públicos.

Entre os mecanismos previstos pela legislação e pelas boas práticas de governança destacam-se o tombamento patrimonial, que garante a identificação e rastreabilidade dos bens; a realização de inventários periódicos, obrigatória para assegurar a atualização das informações (NBC TSP 07; IPSAS 17); a gestão de riscos, recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2014) como ferramenta essencial para identificar e mitigar falhas na utilização dos ativos; e o uso de sistemas integrados de informação, como o SIPAC, que permitem maior transparência e eficiência no acompanhamento do ciclo de vida dos bens.

Conforme ressaltado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2020) em seus estudos sobre modernização da gestão pública, a adoção desses instrumentos, aliada à mudança cultural organizacional, representa um caminho necessário para fortalecer a governança e assegurar o uso racional e sustentável do patrimônio público.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Bruyne (1991), a metodologia corresponde à lógica que orienta os procedimentos científicos desde sua origem até seu desenvolvimento, não se limitando, portanto, a uma simples técnica de mensuração dos fatos científicos.

Para a realização deste trabalho foi adotado quanto à abordagem do problema a pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, que segundo Denzin e Lincoln (2006) trata-se de um ponto de vista interpretativo do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam tópicos em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A pesquisa qualitativa foi conduzida com base na interpretação de dados não numéricos, buscando compreender as percepções, desafios e procedimentos vivenciados pelos profissionais envolvidos na administração dos bens móveis da Universidade Federal de Pernambuco. Tendo o caráter descritivo do estudo, que visa registrar, organizar e relatar as características observadas no sistema atual, de modo a evidenciar seus pontos fortes e suas fragilidades.

Segundo Silva e Menezes (2000, p.21), a pesquisa descritiva busca retratar os atributos de um grupo ou acontecimento específico, bem como analisar possíveis conexões entre variáveis. Esse tipo de investigação utiliza métodos uniformes para obtenção de dados, como a aplicação de formulários e a realização de observações controladas. Assume, em geral, a forma de levantamento. Como estratégia metodológica, foi adotado o estudo de caso, que segundo Vergara (2003, p. 49), não é limitado, podendo ser aplicado em várias unidades como famílias, empresas e órgãos públicos.

Com o intuito de garantir uma interpretação precisa e uma análise consistente dos dados obtidos ao longo da pesquisa, optou-se pela utilização da análise de conteúdo como principal método de investigação. Essa abordagem se mostrou especialmente adequada para explorar os desafios enfrentados atualmente na gestão patrimonial de bens móveis na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo possibilita organizar e categorizar informações textuais de maneira sistemática, permitindo um olhar mais aprofundado sobre os dados coletados. A aplicação desta técnica ocorreu em três etapas. A primeira, denominada pré-análise, consistiu na organização e leitura inicial do material, com a seleção dos documentos e entrevistas mais pertinentes aos objetivos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à segunda etapa, de exploração do material, que envolveu a categorização e codificação das informações, agrupando os conteúdos em eixos temáticos como mecanismos de controle, fragilidades e boas práticas da universidade. Por fim, na terceira etapa, de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foram realizadas análises comparativas e reflexivas que permitiram identificar padrões e contradições, os quais serão aprofundados na etapa de discussão dos resultados.

Na sequência, estão apresentadas e detalhadas as etapas metodológicas que nortearam a condução desta pesquisa.

3.2. ESPAÇO E UNIDADE DE ANÁLISE

O espaço da pesquisa foi o *Campus Recife* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo como unidade de análise os gestores e servidores vinculados ao setor de Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central mais especificamente na Divisão de Bens Móveis, uma unidade subordinada à PROAD (Pró-Reitoria de Gestão Administrativa), que também desempenha um papel importante na gestão do patrimônio, especificamente no que diz respeito aos bens móveis e ao almoxarifado, conforme quadro estruturado abaixo:

Quadro 1: Estruturação da Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central

Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central	Atividades Realizadas
Divisão de Bens Móveis	Realizar o registro patrimonial dos bens móveis adquiridos por meio de empenhos, editais internos, FADE, CNPq, Facepe e doações; proceder ao recolhimento, reaproveitamento e acautelamento de materiais; controlar a movimentação, desfazimento e transferência de responsabilidade sobre os bens; executar vistorias e a fixação de plaquetas de

	tombamento; elaborar o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) e o Relatório de Material Inservível (RMI); além de coordenar o inventário anual dos bens móveis.
Divisão de Almoxarifado Central	Executar o exame, conferência, recebimento e armazenamento dos materiais de consumo adquiridos; autorizar e controlar as requisições junto ao Almoxarifado Central; manter os registros de entrada e saída de materiais; organizar a logística de distribuição, acompanhando as entregas às unidades; gerenciar o estoque, solicitando compras para reposição sempre que necessário; realizar o inventário anual e elaborar o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA).

Fonte: Adaptado de UFPE (2025).

A UFPE foi criada oficialmente de forma temporal a partir da criação dos cursos jurídicos em 1827, que deu origem à Faculdade de Direito do Recife. Já no dia 11 de agosto de 1946, foi criada a Universidade do Recife (UR), por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, reunindo um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco. Sendo posteriormente transformada em autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação (BOLETIM OFICIAL DA UFPE, 2019). Sua sede está localizada na cidade do Recife, com campi também nas cidades de Caruaru e Vitória de Santo Antão.

Entre os principais objetivos institucionais da UFPE estão a promoção do ensino superior por meio dos cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão universitária, bem como o fomento a práticas de produção e difusão do conhecimento, visando ao desenvolvimento científico, social, econômico e cultural de Pernambuco e do Brasil.

3.3. SUJEITOS DA PESQUISA

A partir do critério de relevância sugerido por Bardin (2011), a seleção dos sujeitos foi realizada de forma a assegurar que os participantes contribuíssem com informações verídicas, assertivas e representativas acerca da rotina e práticas de controle patrimonial na UFPE.

Os envolvidos neste estudo foram servidores diretamente relacionados às

atividades de controle patrimonial da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Entre eles, incluem-se gestores e responsáveis pela carga patrimonial, que desempenham papéis fundamentais rotineiros na execução e monitoramento das práticas patrimoniais em suas respectivas unidades.

3.4. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de três instrumentos principais: entrevistas estruturadas realizadas através do *Google Meet* com 21 perguntas para gestores e 15 para servidores diretamente envolvidos na gestão patrimonial (visando captar suas percepções sobre os procedimentos adotados, as dificuldades enfrentadas e as sugestões de melhoria), questionários e análises documentais. As entrevistas não foram gravadas, preservando a espontaneidade dos participantes; no entanto, foi apresentado e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a confidencialidade e a proteção da identidade dos respondentes. Além disso, a estrutura das entrevistas e dos questionários foi elaborada com base em modelos previamente utilizados em pesquisas acadêmicas, o que contribuiu para a validação do instrumento de coleta de dados.

O roteiro de entrevistas foi desenvolvido com cuidado metodológico, visando abranger os principais aspectos relacionados à gestão patrimonial de bens móveis na UFPE. Para garantir uma análise mais estruturada e aprofundada, o instrumento foi organizado em seções, cada uma voltada a diferentes dimensões dos processos patrimoniais, abordando, entre outros pontos:

Quadro 2: Organização Temática do Instrumento de Entrevista I

Seções	Perguntas
Seção 1 – Perfil do Entrevistado	Q1. Qual o seu setor/campus dentro da UFPE? Q2. Qual a sua função atual? Q3. Você atua diretamente com bens patrimoniais? Se sim, desde quando? Q4. Já participou de alguma capacitação relacionada à gestão ou controle patrimonial?

Seção 2 – Procedimentos e Ferramentas	<p>Q5. Como é feito o controle dos bens móveis no seu setor (registro, inventário, movimentação)?</p> <p>Q6. Quais ferramentas ou sistemas são utilizados? (Ex: SIPAC, sistemas próprios, planilhas, outros)</p> <p>Q7. Você considera que essas ferramentas são adequadas e eficientes para a atividade?</p> <p>Q8. Há formulários ou documentos padronizados para solicitação de serviços de patrimônio? Quem os elaborou?</p>
Seção 3 – Comunicação e Apoio Institucional	<p>Q9. Como é a comunicação entre seu setor e a divisão central de patrimônio da UFPE?</p> <p>Q10. Há retorno eficiente em caso de dúvidas ou problemas operacionais?</p> <p>Q11. Você sente que há apoio e orientação suficientes por parte da equipe central?</p>
Seção 4 – Pontos Críticos e Boas Práticas	<p>Q12. Quais são os principais desafios ou dificuldades que você enfrenta na execução do controle patrimonial?</p> <p>Q13. Já observou alguma boa prática em outros setores da UFPE que poderia ser replicada?</p> <p>Q14. Em sua opinião, a UFPE conhece com precisão a totalidade de seus bens móveis?</p>
Seção 5 – Sugestões	<p>15. O que poderia ser melhorado no controle patrimonial da UFPE?</p>

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Quadro 3: Organização Temática do Instrumento de Entrevista II

Seções	Perguntas
Seção 1	Na sua concepção, qual seu entendimento sobre controle patrimonial?
Seção 2	O que se torna importante para um efetivo controle patrimonial? Qual atividade você considera primordial para as ações de controle?
Seção 3	Para você, qual a importância dos sistemas integrados de informação para o controle do patrimônio e desenvolvimento das atividades do setor?
Seção 4	Há algum fator atualmente que você considera prejudicial para o controle e a preservação dos bens públicos?

Seção 5	Quais as práticas ou estratégias adotadas para evitar o desperdício de bens e, conseqüentemente, o gasto público?
Seção 6	Como são divulgadas entre os demais servidores e a comunidade as informações acerca das regras de conservação dos bens públicos?

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ademais, questionários estruturados foram distribuídos utilizando-se os níveis: 1. Muito importante, 2. importante, 3. Pouco importante, 4. Não sei, permitindo que através desses níveis fosse possível identificar o nível de importância de conservação dos bens patrimoniais da UFPE.

Bem como, foi realizada uma análise detalhada de relatórios e documentos institucionais, como Registros de Movimentação de Bens e o Relatório de Inventário dos Bens Móveis de 2023, de forma a compreender os fluxos operacionais e identificar possíveis gargalos.

Todas as respostas e dados obtidos foram analisados de forma interpretativa e confrontados com os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), bem como com boas práticas de governança e controle patrimonial adotadas em outras instituições públicas de ensino.

Ressalta-se, ainda, que a Constituição Federal estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis, das instituições democráticas e pela preservação do patrimônio público (BRASIL, 1988).

A partir dessa análise, foram elaboradas propostas de melhoria adaptadas à realidade da UFPE, com foco na modernização e na eficiência da gestão de seus bens móveis.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS NA UFPE

A partir das entrevistas e questionários conduzidos, identificaram-se os principais processos e ferramentas utilizados pela Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central da UFPE no controle patrimonial de bens móveis. Também foram evidenciados os desafios enfrentados pelos gestores/servidores e as medidas adotadas para adequar esses processos às exigências da Portaria Normativa nº 38, de 20 de outubro de 2020 – GR, publicada no Boletim Oficial nº 111 especial da UFPE, em 26 de outubro de 2020.

A incorporação de bens ao patrimônio da UFPE pode ocorrer por meio de duas modalidades: Orçamentária e Extraorçamentária. As incorporações orçamentárias referem-se à aquisição de bens com recursos próprios da instituição, estando essas aquisições vinculadas a processos licitatórios ou a contratações diretas, como nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Já as incorporações extraorçamentárias não estão atreladas a procedimentos licitatórios ou contratações diretas. Nessa categoria, os bens podem ser provenientes de convênios, doações ou até mesmo da produção própria da universidade.

O servidor responsável deverá incluir no processo de aquisição a Declaração de Recebimento e o atesto de conformidade dos itens adquiridos com as especificações estabelecidas. Segundo a Resolução nº 03/2018 do Conselho Universitário de Administração da UFPE, o material permanente somente pode ser tombado pela Coordenação de Bens Móveis após o recebimento definitivo, formalizado por servidor ou comissão designada. Esse procedimento deve ocorrer, sempre que necessário, em duas etapas: o recebimento provisório, no qual o bem é entregue à instituição para posterior verificação de conformidade, e o recebimento definitivo, realizado após a aceitação formal do material pelo setor solicitante, mediante nova conferência com base nas especificações do processo de compra (UFPE, 2018).

O gestor e servidores entrevistados (G1, E1 e E2) foram indagados no decorrer da entrevista a dar o seu ponto de vista acerca de como é realizada a incorporação dos bens ao patrimônio da Universidade e como esse processo é realizado na prática:

Quando o bem é comprado, o Departamento que fez a compra abre processo de registro de bens móveis, no SIPAC, anexa a documentação exigida e encaminha o processo à Coordenação de Bens Móveis, que faz o registro, gerando o número de tombamento, que será controlado pelo próprio Departamento. À Coordenação de bens móveis cabe, também, fazer a movimentação do bem, no sistema, quando ele é destinado a outro departamento e o doador solicita a transferência do bem ou mesmo a baixa do mesmo quando ele não está mais em condições de uso e que não compensa recuperá-lo, assim como, coordena o inventário anual feitos pelos Departamentos. (E1)

Todo o controle é realizado por meio de sistemas, desde o registro até o desfazimento do bem. (E2)

Aqui na universidade o controle ocorre de forma centralizada no nosso setor. Ou seja, o nosso setor é responsável pelo controle patrimonial de todos os bens da universidade como um todo. Todas as entradas, movimentações e saídas tudo passa por nós e a gente faz as atualizações patrimoniais, os registros da sua entrada até o seu destino. (G1)

O Gestor 1 deu mais detalhes sobre como ocorre o processo, sendo realizado da seguinte forma:

Nas entradas, quando ocorrem as aquisições para a universidade, os setores encaminham para a Divisão de Bens Móveis o processo contendo Empenho e Nota Fiscal antes de encaminhar para pagamento (quando a aquisição é com recurso próprio da UFPE) (1). Após isso, a Divisão analisa a documentação e realiza o registro patrimonial (2) conforme as informações que constam no processo, encaminhando por fim para pagamento (3).

Quando não é através de recursos próprios da universidade, seja por convênio de alguns projetos como editais da CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco), FAP (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco), nesses casos é

necessário o encaminhamento de um Termo de Responsabilidade por parte da Universidade (1) que é emitido no momento do registro, sendo necessário a assinatura (2) para que posteriormente seja possível comprovar que os bens adquiridos estão registrados pela UFPE (3) na prestação de contas para convênios (4).

Posto isso, apesar de existirem ferramentas e sistemas, como SIPAC, para auxiliar no processo de incorporação e gestão de bens, como auxílio no envio de documentações, registro e controle patrimonial (através do Módulo de Patrimônio), movimentações, alteração de responsabilidade e processos de baixa, pelo fato de ser um processo bastante extenso e complexo composto por várias atividades até a sua total integralização/baixa, acaba sendo possível identificar algumas falhas.

Como citado pelo G1 e E1, as ferramentas de Inventário e Fixação de Etiquetas disponível no SIPAC são muito limitadas, impossibilitando realizar registros e controle efetivos dos bens, fazendo com que, conseqüentemente, os próprios servidores/gestores tentem criar uma ferramenta de controle próprio para auxiliar nessas demandas.

4.2 CONTROLE DOS BENS

De acordo com Oliveira (2021), o controle patrimonial consiste em um processo contínuo e organizado de registrar, acompanhar e fiscalizar os bens da entidade, assegurando seu uso adequado e preservação ao longo do tempo.

Em entrevista realizada com um dos Gestores da Divisão de Bens Móveis da UFPE, foi-lhe dada a seguinte pergunta: *“Para você, o que é controle patrimonial?”*. Para o G1:

O controle patrimonial se pudesse ser definido em uma única palavra seria organização. A partir dela é que você controla a vida útil do bem na universidade. Tendo um bom controle patrimonial é possível identificar a origem do bem, como e onde ele foi adquirido, locais onde ele passou sua vida útil, como foi descartado e para onde. Se tiver um sistema de forma organizada você conseqüentemente terá um bom controle patrimonial. (G1)

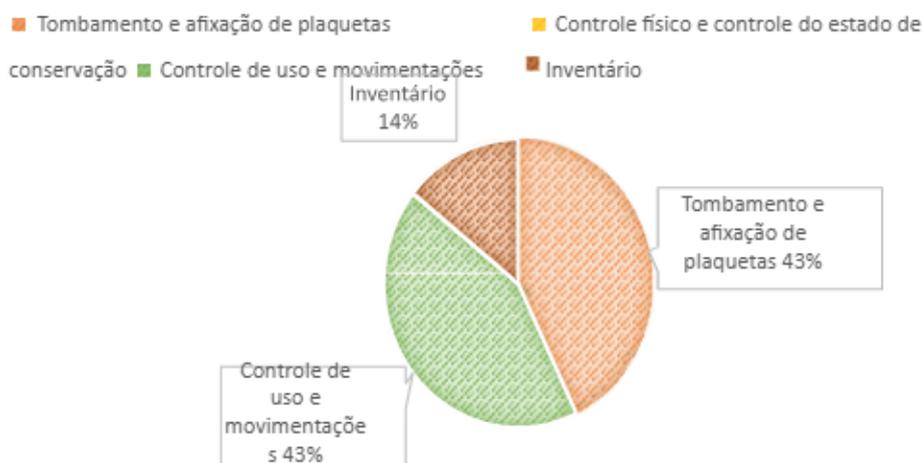
Para os servidores e gestores da Divisão de Bens Móveis que foram

submetidos ao questionário estruturado, 100% deles consideraram muito importante o controle patrimonial para a preservação dos bens públicos.

Quando perguntados sobre “Qual atividade você considera primordial para as ações de controle?” o entrevistado G1 respondeu que “Seria o registro. Ele é essencial, pois a partir dele é possível ter todas as informações do bem adquirido. Se isso não for feito ou não completamente, pode acabar acarretando problemas no futuro, impossibilitando a identificação e até o repasse (Entrevistado G1, 2025)”.

A mesma pergunta também foi aplicada no questionário estruturado, onde foi possível notar que 50% dos entrevistados consideraram tombamento e afixação de plaquetas como primordial, 25% consideraram o inventário e 25% também o controle de uso e movimentações, como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Qual atividade você considera primordial para as ações de controle?



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No entanto, apesar dos servidores entrevistados demonstrarem ciência quanto à importância do controle patrimonial, bem como conhecimento das atividades essenciais para a efetivação desse controle, foram identificados problemas recorrentes enfrentados há anos pela Divisão.

Entre as dificuldades observadas, destacam-se a escassez de recursos financeiros, a deficiência nos mecanismos de controle, a burocracia excessiva e a resistência à adoção de inovações. No que se refere à falta de recursos financeiros, por exemplo, um problema marcante foi identificado na Divisão de Bens Móveis desde o início da pandemia. A atividade de fixação de etiquetas nos bens patrimoniais, anteriormente realizada por servidores mais idosos, foi

severamente afetada após a aposentadoria desses profissionais em decorrência do cenário pandêmico.

Atualmente, apenas um servidor é responsável por executar todo o processo de etiquetagem em toda a universidade, o que compromete significativamente a eficiência dessa atividade.

Com relação à fragilidade no controle, observa-se que alguns setores da instituição não atribuem à gestão patrimonial a devida importância, o que dificulta a realização dos inventários em cada centro da UFPE. Essa realidade tem tornado o processo descentralizado, moroso e, muitas vezes, ineficaz. Cada centro universitário constitui sua própria equipe para efetuar o levantamento patrimonial, o que compromete a padronização e a confiabilidade dos dados. Além disso, há registros de resistência por parte de alguns docentes, que não autorizam o acesso às suas salas, impossibilitando, assim, o levantamento completo dos bens.

No levantamento patrimonial anual relativo ao ano de 2023, último disponível, constatou-se que somente 40% das unidades administrativas da UFPE entregaram seus inventários:

Tabela 1 - Entregas de Inventário no ano de 2023

Descrição	Sigla	2023
GABINETE DO REITOR	GR	37%
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA	PROGEPE	49%
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	PROPLAN	89%
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	PROGRAD	100%
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	PROPG	100%

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO	PROPE SQI	22%
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA	PROEX C	15%
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS	PROAE S	100%
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	PROGE ST	100%
DIRETORIA DO CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CCSA	74%
DIRETORIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	CCJ	57%
DIRETORIA DO CENTRO DE EDUCACAO	CE	0%
DIRETORIA DO CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	CFCH	0%
DIRETORIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA	CCEN	0%
DIRETORIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIAS	CTG	36%
DIRETORIA DO CENTRO DE INFORMÁTICA	CIN	0%
DIRETORIA DO CENTRO DE BIOCIEÊNCIAS	CB	69%
DIRETORIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	CCS	74%
DIRETORIA DO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO	CAC	0%
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE	CAA	3%
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA	CAV	100%
BIBLIOTECA CENTRAL	BC	80%
EDITORIA UNIVERSITÁRIA	EDITOR A	0%
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO	SUPER COM	15%
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	STI	0%
NUCLEO DE SAUDE PUBLICA E DESENV SOCIAL	NSPD	0%
COLEGIO DE APLICACAO	CAP	0%
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UFPE	CCM	0%
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	SINFRA	0%
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	SPO	100%

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	SSI	37%
Total:		40%

Fonte: SIPAC (2023).

Analisando relatórios de anos anteriores (2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) revelou que o Colégio de Aplicação não apresentou inventário em nenhum dos anos analisados. Observou-se, ainda, que a Diretoria do Centro de Artes e Comunicação (CAC), a Diretoria do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Educação (CE) e o Centro de Ciências Médicas (CCM) não encaminharam seus relatórios patrimoniais nos últimos quatro exercícios consecutivos (2020, 2021, 2022 e 2023).

Já a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, bem como a Diretoria do Centro de Ciências Exatas, deixaram de apresentar o documento nos últimos três anos (2021, 2022 e 2023). Por fim, o Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social não apresentou relatórios nos dois últimos exercícios (2022 e 2023).

Isso mostra que a ausência recorrente de inventários por parte de diversos setores da UFPE compromete significativamente a efetividade do controle patrimonial da universidade. A não entrega desses relatórios impede a atualização adequada do sistema patrimonial (SIPAC), dificulta a rastreabilidade dos bens e fragiliza os processos de fiscalização e auditoria.

Além disso, essa omissão compromete a transparência e a responsabilização pela gestão dos ativos, podendo gerar perdas materiais, inconsistências contábeis e prejuízos à tomada de decisão administrativa.

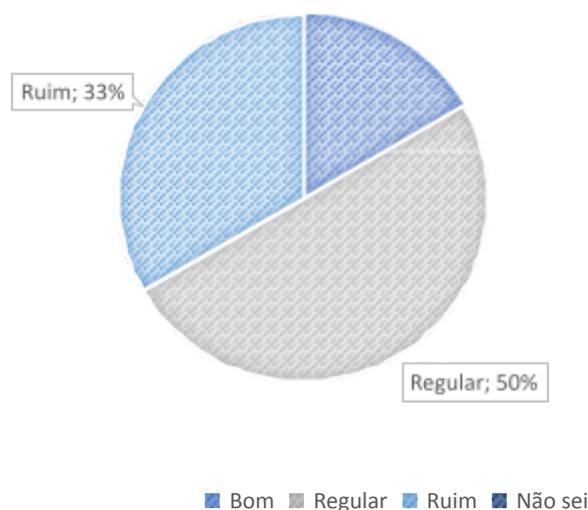
4.3 GESTÃO DA INTEGRIDADE DOS BENS

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2021), a conservação do patrimônio público deve ser assegurada por meio da implementação de políticas eficazes de controle, manutenção e fiscalização. Essas ações são fundamentais para garantir a integridade física e funcional dos bens, assegurando que eles continuem atendendo às necessidades institucionais ao longo do tempo e contribuam para a eficiência da gestão pública.

Na UFPE, a responsabilidade sobre a conservação dos bens em posse da universidade é, na grande maioria das vezes, dos coordenadores e chefes de setores e docentes. A partir disso, com o objetivo de analisar a relevância atribuída à preservação dos bens patrimoniais, gestores e servidores foram submetidos a questionamentos específicos relacionados ao tema e 100% dos entrevistados responderam que consideram o nível de importância da preservação dos bens patrimoniais como “Muito importante”.

Acerca quanto ao uso dos bens por gestores, servidores e alunos, esses foram os resultados encontrados:

Gráfico 2: Quanto ao uso dos bens patrimoniais por gestores, servidores, alunos e comunidade, qual o nível de tratamento empregado por estes?



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Um problema fundamental identificado através das entrevistas aplicadas por um dos gestores está relacionado a aspectos culturais. Onde é perceptível identificar que há uma cultura enraizada, principalmente no setor público e, de forma mais acentuada, nas universidades, que permite um controle patrimonial realizado de maneira desorganizada e pouco rigorosa. Essa mentalidade histórica acaba influenciando a percepção dos servidores sobre a importância da gestão dos bens institucionais.

Um exemplo ocorre entre os pesquisadores, que muitas vezes adquirem equipamentos e materiais por meio de recursos oriundos de editais e projetos. E tendem a acreditar que tais bens lhes pertencem, e não à universidade, o que fragiliza o senso coletivo de responsabilidade sobre o patrimônio público. (G1)

Quando cadeiras ou outros bens estão sem etiquetas de identificação. Nesse contexto, há quem entenda que não há obrigação de repor ou conservar o item, possibilitando que sejam descartados de maneira inadequada ou irregular. (G1)

4.4 MELHORIAS PROPOSTAS

Com base nos resultados obtidos a partir dos gestores e servidores entrevistados, percebe-se que, apesar de a UFPE contar com sistemas e normas que orientam o controle patrimonial, como o SIPAC e as regulamentações internas, ainda existem desafios significativos que comprometem a eficácia desse processo.

Entre eles, destacam-se a baixa adesão de algumas unidades na entrega dos inventários anuais, a falta de pessoal para tarefas essenciais, como a fixação de etiquetas, e até mesmo uma resistência cultural à adoção de práticas mais organizadas e rigorosas.

Por outro lado, ficou evidente o reconhecimento, por parte dos gestores e servidores, da relevância do controle patrimonial, especialmente do registro, que se mostra como elemento central para a boa gestão dos bens. Dessa forma, os achados da pesquisa apontam para a necessidade de investimentos em melhorias estruturais, capacitação contínua e maior integração entre os setores, de modo a fortalecer a governança patrimonial e garantir que os bens públicos sejam preservados e utilizados de forma eficiente.

Diante desse cenário, a seguir são apresentadas propostas de melhorias que visam modernizar os processos, otimizar recursos e fortalecer a responsabilidade coletiva na preservação do patrimônio público da universidade:

Quadro 4: Propostas de Melhorias para os Problemas Identificados

Problema Identificado	Propostas de Melhorias
<p>Inventário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de sistemas para facilitar o levantamento de inventário. Como utilização de app que faz a leitura de etiquetas por Qrcode; - Fixação de plaquetas de identificação patrimonial; - Disponibilização de treinamentos periódicos sobre o uso correto do SIPAC; - Contratação de servidores temporários ou estagiários supervisionados, para apoio nos períodos de inventário.
<p>Otimização do Processo de Levantamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cada departamento ter seu servidor exclusivo para controle/monitoração desses bens locais; - Criação de um manual digital e atualizado com fluxos e orientações operacionais acessível a todos os servidores; - Integração dos dados patrimoniais com outros sistemas administrativos da UFPE, como o sistema financeiro e acadêmico, para maior rastreabilidade.
<p>Conservação e Aumento da vida útil dos bens</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reaproveitamento maior de bens que são recolhidos e podem ser úteis para outros setores; - Implementação de programas internos de manutenção preventiva, com calendário de revisões periódicas por tipo de bem; - Estabelecimento de parcerias com cursos técnicos ou de engenharia da própria universidade para realização de pequenos reparos como atividade prática;

	<ul style="list-style-type: none"> - Reaproveitamento de peças de equipamentos de informática para construir novos bens; - Criação de um sistema online para catalogar e disponibilizar bens ociosos ou em desuso para reaproveitamento entre departamentos.
<p style="text-align: center;">Conscientização da Importância dos Bens Patrimoniais da Universidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras para docentes e discentes da universidade sobre a importância do tema; - Campanhas de comunicação interna com cartazes, e-mails e materiais visuais destacando o papel de cada servidor na preservação dos bens públicos; - Criação de um selo ou premiação simbólica para os setores com melhor desempenho em gestão e conservação patrimonial.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como foco o controle patrimonial em instituições e órgãos da administração pública de ensino superior, com ênfase na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A análise realizada possibilitou a identificação de gargalos significativos relacionados à transparência, à execução e à qualidade dos serviços, os quais estão diretamente associados a restrições orçamentárias, falhas nos mecanismos de controle e à excessiva burocracia existente nos processos.

Dessa forma, o estudo buscou compreender as ações voltadas ao controle patrimonial na instituição, destacando não apenas os desafios e limitações encontrados, mas também as boas práticas adotadas, além de propor melhorias voltadas à gestão dos bens móveis.

Os resultados alcançados a partir da aplicação de entrevistas e questionários demonstraram que, embora existam processos e ferramentas disponíveis, como o uso de sistemas informatizados (SIPAC), a gestão patrimonial da UFPE enfrenta desafios significativos, para quais foram apontadas sugestões

de melhoria. Entre eles estão inconsistências nos registros, descentralização no levantamento de inventários, descarte de bens que poderiam ser reutilizados, falta de pessoal, lentidão no processo de fixação de etiquetas em bens e dificuldades de comunicação entre os setores.

Além disso, a partir do estudo também foi possível evidenciar boas práticas, como a implementação de programas de capacitação para os servidores, o aprimoramento do inventário físico dos bens e o desenvolvimento de novos sistemas voltados ao suporte no controle patrimonial por parte dos próprios servidores. Esses resultados em sua totalidade demonstram que os objetivos da pesquisa foram alcançados, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que envolvem o controle dos bens e oferecendo bases concretas para a melhoria das práticas já existentes.

Destaca-se, ainda, o profissionalismo exemplar da equipe de gestores e servidores da UFPE que integram a Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central, evidenciado pelo cuidado, preocupação e dedicação no exercício do controle patrimonial diariamente. Toda a equipe demonstra elevado comprometimento com a preservação dos bens, atribuindo-lhes grande importância e buscando constantemente aprimorar sua gestão por meio de inventários, controles internos e sistemas de informação eficientes.

Embora esta pesquisa tenha atingido seus objetivos de compreender os impactos da expansão institucional na organização e controle dos bens móveis da UFPE, criando um diagnóstico acerca de seu cenário atual, alinhado com sugestão de possíveis melhorias, algumas limitações merecem ser destacadas. O estudo restringiu-se a um período específico, entre junho e julho de 2025, o que acaba podendo não refletir mudanças posteriores nas práticas de gestão patrimonial.

Outro aspecto a ser considerado é que as entrevistas e questionários foram aplicados a um número limitado de gestores e servidores da Coordenação de Bens Móveis e Almoxarifado Central, o que pode não abranger todas as nuances e complexidades do estudo realizado devido ao seu grande nível de importância.

Diante dessas limitações, sugere-se que futuros estudos seja realizada a

inclusão de métodos quantitativos que permitam mensurar o impacto das ações de controle patrimonial, bem como a adoção de estudos longitudinais que acompanhem a evolução das práticas ao longo do tempo. Ademais, também seria pertinente investigar o potencial de novas tecnologias, como sistemas integrados avançados e soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA), na modernização dos processos, além de avaliar a efetividade das propostas de melhoria implementadas a partir dos resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Modernização da Gestão Pública na América Latina**. Washington: BID, 2020. Acesso em: 20 jul. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Accountability, Transparency and Integrity in Public Administration**. Washington: World Bank, 2017. Acesso em: 20 jul. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011. Acesso em: 25 jul. 2025.

BOLETIM OFICIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Portaria de Pessoal nº 2237/2004 – Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, v. 53, n. 67 (Edição Especial), p. 1-60, 25 jul. 2019. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 01 de ago. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2020. Acesso em: 20 de jul. 2025.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: MCASP**. 11. ed. Brasília, DF: STN, 2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. **Referencial de Governança Pública**. Brasília: TCU, 2014. Acesso em: 03 de jul. 2025.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. Disponível em: pesquisa.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=989217. Acesso em: 03 de jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de gestão patrimonial do Conselho Federal de Contabilidade**. 1. ed. Brasília: CFC, 2024. Disponível em: <https://cfc.org.br/adm/patrimonio/>. Acesso em: 08 de jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. **The New Public Service: Serving, Not Steering**. 4. ed. New York: Routledge, 2015. Acesso em: 20 de jul. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Disponível em: redalyc.org/pdf/947/94756009008.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2025.

FALCE, J. L. et al. Qualidade no serviço público: um estudo de caso em uma fundação pública em Minas Gerais. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 43-62, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17800/aos.v3i2.165>. Acesso

em: 25 mai. 2025.

FERNANDES, Elizabeth Carvalho; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. **Análise do controle patrimonial de bens permanentes em uma organização pública.** *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 4, 2019. Acesso em: 25 mai. 2025.

FRITZ, G. **Qualidade da prestação de serviços públicos: estudo no campus Cachoeira do sul/UFSM.** 93f. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/22454>. Acesso em: 03 de jul. 2025.

GONZAGA, B. C. **Gestão patrimonial: um estudo de caso sobre o controle de material permanente na Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Minas Gerais.** 123f. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2019. Disponível em: https://ufsj.edu.br/profiap/trabalho_de_conclusao_de_curso.php. Acesso em: 25 mai. 2025.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestão Pública Gov.br.** Brasília: Ministério da Economia, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov>. Acesso em: 20 de jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023. ISBN 978-65-5515-787-1. Acesso em: 20 de jul. 2025

MACHADO, D. P.; QUIRAQUE, E. H. **Maturidade de governança e criação de valor público em instituições públicas de ensino superior: o caso das universidades brasileiras.** *Revista da Avaliação da Educação Superior*. v. 28, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100002>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no setor público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 20 de jul. 2025.

MAYNTZ, R. **New Challenges to Governance Theory**. **European University Institute**. Florença: EUI Working Papers, 1998. Acesso em: 22 de jul. 2025.

MORAES, R. A. **Controle patrimonial e governança no setor público: uma análise contemporânea**. Revista de Administração e Políticas Públicas, v. 4, n. 1, p. 33-47, 2021. Acesso em: 22 de jul. 2025.

OLIVEIRA, A. X. **Teoria da agência aplicada à gestão patrimonial: estudo na Universidade Federal do Tocantins**. 170f. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3436> Acesso em: 23 jun. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Pró-Reitoria Administrativa – Patrimônio**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proad/patrimonio>. Acesso em: 25 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de Inventário Anual dos Bens Móveis da UFPE: exercício 2023**. Recife: UFPE, Pró-Reitoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Gestão de Bens e Serviços, Coordenação de Bens Móveis, 2023. Disponível em: <http://sipac.ufpe.br/public/jsp/autenticidade/form.jsf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução nº 03/2018 – CONSAD**. Conselho Universitário de Administração (CONSAD), Recife, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/resolucoes/consad/03-2018.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Acesso em: 03 de jul. 2025.



WIKIPÉDIA. **Universidade Federal de Pernambuco.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_de_Pernambuco. Acesso em: 8
jun. 2025



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA GESTORES E SERVIDORES DA COORDENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E ALMOXARIFADO CENTRAL

PROJETO DE PESQUISA: DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE CONTROLE DE BENS MÓVEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: PROPOSTAS DE MELHORIA

Nome do Entrevistado:

1. Qual o nível de importância do seu setor para a instituição?
 Muito importante
 Importante
 Pouco importante
 Não sei

2. Qual o grau de importância do controle patrimonial para a preservação dos bens públicos?
 Muito importante
 Importante
 Pouco importante
 Não sei

3. Para você, qual a importância dos sistemas integrados de informação para o controle do patrimônio e desenvolvimento das atividades do setor?
 Muito importante
 Importante
 Pouco importante
 Não sei

4. Quais destas atividades de controle você considera mais importantes?
 Tombamento e afixação de plaquetas

Controle físico e controle do estado de conservação

Controle de uso e movimentações de bens

Inventário

5. Para você, qual o nível de importância da preservação dos bens patrimoniais?

Muito importante

Importante

Pouco importante

Não sei

6. Quanto ao uso dos bens patrimoniais por gestores, servidores, alunos e comunidade, qual o nível de tratamento empregado por estes?

Bom

Regular

Ruim

Não sei